



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1/2019

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS (OES) Nº 01/2019/SEMAP

1. QUALIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO	
<p>CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13.</p> <p>REPRESENTADO POR: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral, portadora da Cédula de Identidade RG n. 294893-SSP/RO, inscrita no CPF sob n. . 475.106.849-00.</p> <p>ENDEREÇO: Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.</p>	<p>OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA NOS IMÓVEIS UTILIZADOS PELA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA NA CAPITAL E NO INTERIOR DO ESTADO DE RONDÔNIA.</p>
<p>CONTRATADA: MAXQUALY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 10.688.543/0001-05.</p> <p>ENDEREÇO: Rua/Av. Terezinha Lima n. 96, Bairro Afogados, CEP: 50.850-180, Município de Recife, Estado de Pernambuco.</p>	<p>REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA:</p> <p>NOME: JOÃO PAULO GOMES UCHOA CAVALCANTI.</p> <p>RG N.: 6.310.869, expedida pela SSP/PE</p> <p>CPF N.: 048.955.204-80.</p> <p>TELEFONE(s): (81) 3082-5869.</p> <p>E-mail(s): jpuchoa@maxqualy.com</p> <p>.</p>
<p>PROCESSO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: 0001719-</p>	<p>PROCESSO ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO DESTA</p>

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

28.2018.6.22.8000 LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico 49/2018 - REGISTRO DE PREÇOS (evento 0337740) ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 99/2018 (evento 0363349)	DEMANDA: 0000784- 51.2019.6.22.8000
NOTA DE EMPENHO N.: 2019NE000222 (evento 0398542)	VALOR DA DEMANDA: R\$ 25.573,86
PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 (dez) dias corridos (evento 0397837).	INICIO DA EXECUÇÃO: A partir da assinatura desta Ordem de Execução do Serviço (OES).
UNIDADE GESTORA/GESTOR: Frank Cesar Busatto, chefe da SEMAP do TRE-RO FISCAL DESIGNADO PARA A DEMANDA: André Pimentel. E-mail(s)/Telefone(s) da Unidade Gestora: semap@tre-ro.jus.br , Telefone (69) 3211-2028	
AUTORIZO a CONTRATADA executar os serviços descritos no item 2 desta Ordem de Execução de Serviços (OES), no valor de R\$ 25.573,86 (Vinte e cinco mil e quinhentos e setenta e três reais e oitenta e seis centavos):	

Endereço do local dos serviços	Número	Bairro
---------------------------------------	---------------	---------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Av. Chianca	1159	Centro
Complemento	CEP	Cidade/UF
Fórum Eleitoral de Costa Marques	76.937-000	Costa Marques/RO
Contato local	Telefone(s)	E-mail(s)
SEMAP Fórum Eleitoral de Costa Marques	(69) 3211-2028 (69) 3651-2324	semap@tre-ro.ju zon005@tre-ro.ju

2. OBJETO DA DEMANDA

Manutenção corretiva na Cobertura do Edifício Fórum Eleitoral de Costa Marques, conforme de (evento [0397833](#)) e neste instrumento e seus anexos.

3. OBSERVAÇÕES

Em caso de dúvida, a contratada deverá sempre realizar consulta prévia à Contratante.

**DISPOSIÇÕES DA ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS (OES) Nº
01/2019/SEMAP****1. DA NATUREZA CONTRATUAL DESTA ORDEM DE
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS (OES):**

1.1 De acordo com o “*caput*” e Parágrafo 2º do Artigo 62 da Lei n. 8.666/93 e, ainda, com o item 15 do Edital de Pregão Eletrônico n. 49/2018 e do item 1.2 da Ata de Registro de Preços n. 99/2018, esta Ordem de Execução de Serviço (OES) substitui, para todos os fins de Direito, o instrumento de contrato administrativo.

1.2 Todas as regras contidas no Edital do Pregão Eletrônico n. 49/2018 e seus anexos, além da proposta apresentada pela contratada no referido certame e, ainda, as disposições da Ata de Registro de Preços n. 99/2018 integram esta Ordem de Execução de Serviços (OES), independentemente de sua transcrição.

2. FUNDAMENTO LEGAL:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1 Constitui fundamento legal desta contratação: Lei n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto n. 5.5450, de 31 de maio de 2005; Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013; Resolução TSE n. 23.234, de 25 de março de 2010; e, consoante a autorização constante no DESPACHO Nº 6512 / 2018 - PRES/DG/GABDG, de 09/11/2018 (evento [0357350](#)), estando de acordo, ainda, com o Edital de Pregão Eletrônico SRP n. 49/2018 e com a Ata de Registro de Preços n. 99/2018.

3. REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 Os serviços a serem executados pela CONTRATADA e os materiais que serão empregados estão submetidos ao **regime de empreitada por preço global, sob a forma de execução indireta.**

3.2 As regras e detalhamento da execução dos serviços estão disciplinadas pelo Capítulo II do Termo de Referência, Anexo IX do Edital de Pregão Eletrônico n. 49/2018.

3.3 Com fundamento no art. 72 da Lei n. 8.666/93 e precedentes do TCU (vg Acórdão TCU n. 2198/2015 - Plenário) será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto desta Ordem de Execução de Serviço (OES), possibilitando a CONTRATADA, mantida sua integral responsabilidade decorrente da execução da demanda, **SUBCONTRATAR ATÉ 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS**, sendo que a subcontratação observará as seguintes regras:

I - A contratada deverá apresentar ao contratante, previamente ao início das atividades, as seguintes informações da subcontratada:

- a) Razão Social;
- b) CNPJ;
- c) Nome e CPF do(s) sócios(s);
- d) Comprovantes de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e Comprovação de existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- e) Relação detalhada dos serviços que serão subcontratados;
- f) Justificativa para subcontratação.

II - Caberá ao contratante autorizar ou não a subcontratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da contratada de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da contratada o cumprimento das obrigações contratuais.

IV - A subcontratação de partes do objeto não libera a contratada de quaisquer responsabilidades legais - inclusive trabalhistas - e/ou contratuais sobre os serviços executados pela subcontratada, nem pela conduta dos prestadores de serviço da subcontratada quando nas dependências do contratante.

4. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DESTA OES:

4.1 O prazo de vigência desta Ordem de Execução de Serviço (OES) será de 90 (noventa) dias, contado do prazo final concedido para a execução dos serviços descrito no **Quadro 1. QUALIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO**.

4.2 Os prazos de execução e vigência admitem prorrogação - mantidas as demais cláusulas do contrato - desde que ocorram motivos justificados devidamente autuados em processo.

4.3 As prorrogações de prazos de execução e vigência serão promovidas mediante celebração de termo aditivo.

5. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS:

5.1 As regras do recebimento provisório e pagamento obedecerão as regras descritas no item "H" do Capítulo IX do Termo de Referência, Anexo IX do Edital de Pregão Eletrônico n. 49/2018, sendo:

- 1. PROVISORIAMENTE:** em até 10 (dez) dias, contados da data da comunicação, por escrito, da conclusão dos serviços pela CONTRATADA, após a realização de vistoria pela Fiscalização.
- 2. DEFINITIVAMENTE:** em até 20 (vinte) dias contados do RECEBIMENTO PROVISÓRIO através de termo emitido pelo fiscal da demanda.
- 3.** Se após o RECEBIMENTO PROVISÓRIO for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do RECEBIMENTO DEFINITIVO será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.

6. DO VALOR:

6.1. O valor total desta Ordem de Execução de Serviços (OES) nº 01/2019/SEMAP é de **R\$ 25.573,86 (Vinte e cinco mil e quinhentos e setenta e três reais e oitenta e seis centavos).**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.2. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria prevista no orçamento da União para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	Manutenção da Infraestrutura Física
DESPESA AGREGADA	Manutenção Predial
PLANO INTERNO	AIEF MANFRE
PROGRAMA DE TRABALHO	084771 - Orçamento Ordinário
ELEMENTO DE DESPESA	339039-16
NOTA DE EMPENHO/DATA	2019NE000222, de 14/03/2019

7. DO PAGAMENTO:

7.1 O pagamento obedecerá às regras descritas no item "K" do Capítulo IX do Termo de Referência, Anexo IX do Edital de Pregão Eletrônico n. 49/2018 .

8. DO EVENTUAL REAJUSTE DE PREÇOS:

8.1 O percentual de desconto registrado na Ata de Registro de Preços e do Benefício e Despesas Indiretas (BDI) ofertado na proposta da CONTRATADA **permanecerão inalterados** durante todo o período de vigência desta Ordem de Execução de Serviço (OES).

8.2 Em conformidade com os **Acórdãos n. 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU**, os preços contratados **PODERÃO** ser reajustados após o período de 01 (um) ano, contados da data da licitação (data-base do orçamento dos preços ofertados) desde que tenham sido divulgadas novas tabelas do SINAPI DESONERADA da unidade da federativa do Estado de Rondônia, após esse mesmo lapso temporal mínimo de 01 (um) ano.

8.3 O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração (reajuste).

8.4 Essa mesma regra será aplicada nas eventuais prorrogações dos contratos.

8.5 Nos pedidos de reajuste a CONTRATADA deverá apresentar, para análise e deliberação da fiscalização, a planilha contendo a relação dos serviços e valores a serem reajustados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO / OES Nº 01/2019/SEMAP:

9.1 O contrato/OES poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

10. DO EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

10.1 É permitido o reequilíbrio econômico financeiro nos casos previstos no item "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei n. 8.666/93.

10.2 É vedado o reequilíbrio, ou adoção de tabela do SINAPI diferente da inicialmente contratada, quando houver alteração do regime tributário ao qual a CONTRATADA está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93.

11. DA GARANTIA:

11.1 De acordo com o item "F" do Capítulo IX do Termo de Referência, Anexo IX do Edital de Pregão Eletrônico n. 49/2018, a contratada deverá apresentar garantia contratual sempre que o valor da Ordem de Execução de Serviço (OES) for igual ou superior a **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais), que corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor atualizado da Ordem de execução de Serviço (OES). **Assim sendo, nestes termos, a contratada fica dispensada da apresentação de garantia para a presente (OES) Nº 01/2019/SEMAP.**

11.2 Nos casos de obrigatoriedade de apresentação de Garantia, a CONTRATADA deverá apresentar a garantia em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura da Ordem de execução de Serviço (OES), podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, observado o que segue:

11.3 A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I - Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

II - Multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA;

III - Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

IV - Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Prejuízos indiretos causados à CONTRATANTE e prejuízos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

11.4 No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, poderá decidir-se por uma das seguintes alternativas:

I - Apresentar seguro-garantia para os riscos elencados nos incisos I a IV do subitem 11.3 deste item, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, na modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço” com cláusula específica indicando a cobertura adicional de obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela CONTRATADA; ou

II - Apresentar seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço” para cobertura dos incisos I a IV do subitem 11.3 deste item, complementada com a garantia adicional da modalidade “Seguro-Garantia de Ações Trabalhistas e Previdenciárias” para o inciso IV do mesmo subitem, correspondentes a 1% (um por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente, do valor anual atualizado do contrato.

11.4.1 A CONTRATADA, quando optar pelo seguro-garantia, a fim de garantir eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, também deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de entrega do protocolo da via assinada da OES/contrato, seguro de responsabilidade civil com cobertura básica e acessórias, no mínimo, de Responsabilidade Civil Operações, conforme previsto no art. 40, inciso XIV, alínea “e”, da Lei n. 8.666/93.

11.4.1.1 No caso da cobertura acessória de Responsabilidade Civil, o valor segurado deverá corresponder, no mínimo, a 1% (um por cento) do valor anual atualizado do contrato.

11.5 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, em favor do TRE-RO.

11.6 A garantia na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada na forma da lei.

11.7 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

11.8 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

11.8.1 A retenção efetuada com base no subitem 11.8 deste item não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA;

11.8.2 A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no subitem 11.8 deste item por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

11.8.3 O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

11.9 O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

11.10 Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a fiscalização do contrato deverá comunicar a seguradora e/ou a fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA e das decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

11.11 O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRE-RO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.12. Será considerada extinta a garantia:

I - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

II - Com a extinção do contrato.

11.13 Isenção de responsabilidade da garantia:

I - O TRE-RO não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

II - Caso fortuito ou força maior;

III - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

IV - Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

11.14 Caberá à própria administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos incisos IV e V do subitem 11.13 deste item, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo TRE-RO.

11.15 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato

12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

12.1 As obrigações da Contratada estão definidas, principalmente, no item "I" do Capítulo IX do Termo de Referência, Anexo IX do Edital de Pregão Eletrônico n. 49/2018.

12.2 As obrigações do Contratante estão definidas, principalmente, no item "J" do Capítulo IX do Termo de Referência, Anexo IX do Edital de Pregão Eletrônico n. 49/2018.

13. DAS SANÇÕES:

13.1 As sanções administrativas, assim como seu processamento, estão definidas, principalmente, no item "M" do Capítulo IX do Termo de Referência, Anexo IX do Edital de Pregão Eletrônico n. 49/2018.

14. DA RESCISÃO:

14.1. A presente Ordem de Execução de Serviços (OES)/Contrato poderá ser rescindida nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital de Pregão Eletrônico n. 49/2018.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n. 8.666, de 1993.

14.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

I - Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II - Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III - Indenizações e multas.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15.1 A gestão das Ordens de Serviço ficará a cargo do titular da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE n. 004/2008;

15.2 A fiscalização do contrato será exercida por um representante da Administração, definido especificamente para cada Ordem de Serviço (OES)/Contrato, ao qual competirá, além das atribuições definidas na IN n. 04/2008 - TRE-RO, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ordem de Serviço (OES);

15.3 A fiscalização por agente do contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.

15.4 O fiscal da Ordem de Execução de Serviço (OES) anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da demanda, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO/OES E AOS CASOS OMISSOS:

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 1993, na Lei n. 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 10.406, de 2002 (Código Civil Brasileiro) e na Lei n. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e, ainda, normas e princípios gerais dos contratos.

17. DA PUBLICAÇÃO:

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e, se for o caso, também no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

18. DO FORO:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18.1 O Foro legal para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, da Justiça Federal, com sede em Porto Velho/RO, em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei n. 8.666/1993.

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 15/03/2019, às 17:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO PAULO GOMES UCHOA CAVALCANTI, Usuário Externo**, em 18/03/2019, às 11:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

EXTRATO

Espécie: Extrato da Ordem de Serviço 01/2019/TRE-RO, assinada em 18/03/2019, decorrente do Pregão Eletrônico TRE/RO n. 49/2018 e ARP n. 99/2018. Contratada: MAXQUALY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n. 10.688.543/0001-05. Objeto: Manutenção corretiva na Cobertura do Edifício Fórum Eleitoral de Costa Marques. Prazo de Execução: 10 dias corridos, a contar da assinatura. Prazo de Vigência: 90 dias, contado do prazo final concedido para a execução dos serviços, podendo ser prorrogado desde que ocorram motivos justificados e devidamente autuados em processo. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/1993, Lei n. 10.520/2002 e Decreto n. 5.450/2005; Decreto n. 7.892/2013; Resolução TSE n. 23.234/2010; Pregão Eletrônico SRP n. 49/2018, Ata de Registro de Preços n. 99/2018; e, consoante a autorização constante no DESPACHO Nº 6512/2018 - PRES/DG/GABDG, de 09/11/2018. Valor: R\$ 25.573,86. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011, Elemento de Despesa 33.90.39-16, Nota de Empenho: 2019NE000222, de 14/03/2019. Signatários: pela Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, o Senhor JOÃO PAULO GOMES UCHOA CAVALCANTI. PROCESSO SEI nº. 0000784-51.2019.6.22.8000.

Documento assinado eletronicamente por **Edmundo Nogueira, Estagiário**, em 18/03/2019, às 16:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Seção, em 18/03/2019, às 16:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 54, quarta-feira, 20 de março de 2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Espécie: Extrato da Nota de Empenho 217, de 13/03/19. Contratada: ELETAC SERVIÇOS LTDA. CNPJ 01.755.955/0001-11. Programa Trabalho: 02122057020GP0011. Natureza Despesa: 44.90.52.48. Objeto: Item 01 do edital - empenhadora elétrica. Quant.: 01. Valor Unit.: R\$ 31.698,00. Assinado por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral. Amparo Legal: ARP 01/2019, PE 54/2018/TRE-RO. Processo 0001251-64.2018.6.22.8000.

EXTRATO DE ORDEM DE SERVIÇO

Espécie: Ordem de Serviço 23/2018/TRE-RO, de 30/11/2018, PE 49/2018 e ARP 99/2018. Contratada: MAXQUALY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ 10.688.543/0001-05. Objeto: Reparo no muro lateral do anexo I - Fórum eleitoral, instalação e pintura gradis e assentamento de bloquetes. Prazo de Execução: 20 dias corridos, a contar da assinatura. Prazo de Vigência: 90 dias, contado do prazo final concedido para a execução dos serviços. Fundamento: Lei 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos 5.450/2005 e 7.892/2013; Resolução TSE 23.234/2010; PE e ARP mencionados, DESPACHO 6512/GABDG, de 09/11/2018. Valor: R\$ 65.909,28. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Elemento de Despesa 33.90.39-16, Nota de Empenho: 1257, de 29/11/2018. Signatários da OS: FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Diretor Geral em substituição do TRE-RO, e, pela Contratada, JOÃO PAULO GOMES UCHOA CAVALCANTI. PROCESSO 0003396-93.2018.6.22.8000.

EXTRATO DE ORDEM DE SERVIÇO

Espécie: Ordem de Serviço 36/2018/TRE-RO, de 27/12/2018, PE 49/2018 e ARP 99/2018. Contratada: MAXQUALY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ 10.688.543/0001-05. Objeto: Finalização de reparos nos banheiros do 2º pavimento e reparos integrais nos banheiros do 1º pavimento e adequação e substituição de telhas termocústicas no telhado. Prazo de Execução: 5 meses, a contar da assinatura. Prazo de Vigência: 90 dias, contado do prazo final concedido para a execução dos serviços. Fundamento: Lei 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos 5.450/2005 e 7.892/2013; Resolução TSE 23.234/2010; PE e ARP mencionados, DESPACHO 6512/GABDG, de 09/11/2018. Valor: R\$ 631.948,49. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Elemento de Despesa 33.90.39-16, Nota de Empenho: 1599, de 27/12/2018. Signatários da OS: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE-RO, e pela Contratada, JOÃO PAULO GOMES UCHOA CAVALCANTI. PROCESSO 0003898-32.2018.6.22.8000.

EXTRATO DE ORDEM DE SERVIÇO

Espécie: Ordem de Serviço 01/2019/TRE-RO, de 18/03/2019, PE 49/2018 e ARP 99/2018. Contratada: MAXQUALY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ 10.688.543/0001-05. Objeto: Manutenção corretiva na Cobertura do Edifício Fórum Eleitoral de Costa Marques. Prazo de Execução: 10 dias corridos, a contar da assinatura. Prazo de Vigência: 90 dias, contado do prazo final concedido para a execução dos serviços. Fundamento: Lei 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos 5.450/2005 e 7.892/2013; Resolução TSE 23.234/2010; PE e ARP mencionados, DESPACHO 6512/GABDG, de 09/11/2018. Valor: R\$ 25.373,86. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Elemento de Despesa 33.90.39-16, Nota de Empenho: 22, de 14/03/2019. Signatários: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, JOÃO PAULO GOMES UCHOA CAVALCANTI. PROCESSO 0000784-51.2019.6.22.8000.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TRE/RR 37A CT/3/2016; SEI 0000022-08.2019.6.23.8000; Contratada: TE ENTENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME; Objeto: prorrogação de vigência. Assinatura: 18/03/2019. Pelo TRE/RR: Alex Caon Fin, Diretor-Geral; Pela Contratada: Lauro Franco Vilarinho

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: T.R.V. Comércio e Serviços Ltda. CNPJ da Contratada: 02.432.787/0001-96. Objeto: Fornecimento e instalação de tela fachadeira no Edifício Sede do TRESC. Fundamentação legal: art. 24, inc. II, da Lei n. 8.666/1993. Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0042. Natureza da Despesa: 3.3.90.30. N. do Empenho: 2019NE000438. Data do Empenho: 06/03/2019. Valor: R\$ 7.105,00. Data da assinatura: 12/03/2019. PAE n. 2.729/2019. Contrato n. 009/2019.

EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: Hiperágua Comércio de Água EIRELI. CNPJ da Contratada: 07.023.855/0001-87. Objeto: Fornecimento de água mineral. Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0042. Natureza da Despesa: 3.3.90.30. N. do Empenho: 2019NE000439. Data do Empenho: 07/03/2019. Valor estimado total: R\$ 19.493,24. Data da assinatura: 12/03/2019. Vigência: 12/03/2019 a 31/12/2019. Pregão n. 005/2019. Contrato n. 010/2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2019

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 13/03/2019. Objeto: Registro de Preço para a contratação de serviços de auxiliares de limpeza.

CARLOS EDUARDO CAUDURO PADIN
Presidente do Tribunal

(SIDEC - 19/03/2019) 070018-00001-2019NE000068

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2019 - UASG 70018

Processo: 12339/2018. Objeto: REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços terceirizados de vigilância desarmada.. Total de Itens Licitados: 8. Edital: 20/03/2019 das 08h00 às 17h00. Endereço: Rua Francisca Miquelina, 123, Bela Vista - São Paulo/SP ou www.comprasnet.gov.br/edital/70018-5-00026-2019. Entrega das Propostas: a partir de 20/03/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 01/04/2019 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br.

CARLOS EDUARDO CAUDURO PADIN
Presidente do Tribunal

(SIASGnet - 18/03/2019) 70018-00001-2019NE000068



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/ntexticidoc.html>, pelo código 053020190320020158

158

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS SECRETARIA DE RECURSOS MATERIAIS

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 7/2019

a)Espécie: Acordo de Cooperação 007/2019, assinado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDF, e a ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (AMAGIS-DF). b)Objeto: Disciplinar o empréstimo de material bibliográfico (livros e periódicos), constante do acervo geral da Biblioteca do TJDF, para os alunos da Escola da Magistratura do Distrito Federal - ESMA da AMAGIS-DF. c)Fundamento Legal: Lei 13.019/14. d)Vigência: 05 (cinco) anos, a partir de sua publicação no DOU. e)Data da assinatura: 19/03/2019. f) PA: 0001610/2019.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 0006246/2019. OBJETO: Prestação de serviços, sob demanda, de consultoria técnica e de assessoramento especializado ao CONTRATANTE, sob o regime de empreitada por preço unitário, para auxílio no processo decisório e avaliação técnica das providências que devem ser adotadas pelo CONTRATANTE, em caráter de urgência, sobre a situação de funcionamento anormal da estrutura da cobertura do Bloco D da sede do CONTRATANTE, o que envolve prestar consultoria e assessoria no acompanhamento de ações que se mostrem necessárias para manter a integridade estrutural da referida edificação, englobando, desde as análises iniciais do projeto de escoramento, até a fase de projeto e execução do reforço estrutural ou possível demolição da laje, se considerado que o reforço não é viável ou possível. CONTRATADA: ENGRACON ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, II, c/c art. 13, III e parágrafo terceiro da Lei 8.666/93. VALOR TOTAL: R\$ 120.818,16. AUTORIDADE E DATA DA RATIFICAÇÃO: Desembargador Romão C. Oliveira, Presidente do TJDF, 19/03/2019.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) Espécie: Termo Aditivo 04 ao contrato de prestação de serviços 083/2015, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDF, e a TECH SOLUTIONS SOLUÇÕES EM GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME. b)Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato inicial. c)Fundamento Legal: Cláusula 2ª do contrato inicial c/c Art. 57, II da Lei 8.666/93. d)Prorrogação: De 24/03/2019 a 24/03/2020. e)Fundamento: A partir de 24/03/2019. f)Eficácia: A partir da data de sua publicação no DOU. g)Valor ajustado do contrato para 12 meses: R\$ 37.740,00. h)Data da assinatura: 19/03/2019. i) PA: 6.038/2014.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2019 - UASG 100001

Processo: 0021432/2018. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de gêneros alimentícios não perecíveis para atender às Sessões Plenárias do Juri e demais demandas do Tribunal. Total de Itens Licitados: 9. Edital: 20/03/2019 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Praça Municipal, Lt 01, Bloco A, Ala A, S/7.30, Brasília - BRASILIA/DF ou www.comprasnet.gov.br/edital/100001-5-00004-2019. Entrega das Propostas: a partir de 20/03/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 03/04/2019 às 13h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital estará disponível no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br/edital/100001-5-00004-2019 (www.tjdf.jus.br), bem como na Comissão Permanente de Licitações - CPL, localizada na Praça Municipal, Lote 1, Fórum Milton Sebastião Barbosa, Bloco "A", 7º andar, Ala "A", Sala 7.30, Brasília/DF, Cep 70.094-900, ao custo de R\$ 5,00 (cinco) reais. .

ISABELLA DE SOUSA BRITO
Secretária de Recursos Materiais

(SIASGnet - 15/03/2019) 100001-00001-2019NE000162

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2019 - UASG 100001

Processo: 0026981/2018. Objeto: Registro de preços para aquisição de insumos gráficos.. Total de Itens Licitados: 21. Edital: 20/03/2019 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Praça Municipal, Lt 01, Bloco A, Ala A, S/7.30, Sig - BRASILIA/DF ou www.comprasnet.gov.br/edital/100001-5-00004-2019. Entrega das Propostas: a partir de 20/03/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 02/04/2019 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital estará disponível no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br/edital/100001-5-00004-2019 (www.tjdf.jus.br), bem como na Comissão Permanente de Licitações - CPL, localizada na Praça Municipal, Lote 1, Fórum Milton Sebastião Barbosa, Bloco "A", 7º andar, Ala "A", Sala 7.30, Brasília/DF, Cep 70.094-900, ao custo de R\$ 2,00 (dois) reais. .

ISABELLA DE SOUSA BRITO
Secretária de Recursos Materiais

(SIASGnet - 15/03/2019) 100001-00001-2019NE000162

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO DIRETORIA-GERAL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2019

Processo TRT/PROAD nº 16160/2018 - PE nº 02/19 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TRT DA 1ª REGIÃO. Tornamos pública a todos os interessados a homologação da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2019, relativo ao processo em referência, sendo vencedora do certame a empresa GENTE SEGURADORA S/A.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2019.
ERIKKA MELO PEREIRA BARRIOS
Coordenadora da Comissão de Licitação

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contrato nº 015/2019. Inexigibilidade de Licitação Proad nº 12534/2019. Objeto: Realização de Curso de Francês Módulos Básico e Intermediário para Magistrados e Servidores deste TRT. Contratada: Rosa Maria Carneiro-Seve (MEI). Valor total: R\$ 26.220,00. Fundamento Legal: Art. 25, inciso II c/c art. 13, VI da Lei 8.666/93. Ratificação: Sérgio Pinto Martins. Data da Ratificação: 18/03/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2019 - UASG 80010

Nº Processo: 9885/2019. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, conservação e assistência técnica, com fornecimento integral de peças, para os elevadores instalados na Unidade Administrativa II.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 20/03/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Marquês de São Vicente, 121 - Bloco A - 7º Andar, Barra Funda - São Paulo/SP ou

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 14Mar19 NUMERO: 2019NE000222 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 10688543/0001-05 - MAXQUALY COMERCIO E SERVICOS LTDA
ENDERECO : TEREZINHA LIMA 96 AFOGADOS
MUNICIPIO : 2531 - RECIFE UF: PE CEP: 50850-180
TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS, CONFORME
DESPACHO 1007 DA SAOFC (0396772), SOLICITAÇÃO SEMAP (0397855) E REMESSA DA
COFC (0398058) DO PROCESSO NR 0000784-51.2019.6.22.8000.

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084771 0100000000 339039 000000 AIEF MANPRE
TIPO : ESTIMATIVO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00007845120196228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 21
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 25.573,86
VINTE E CINCO MIL, QUINHENTOS E SETENTA E TRES REAIS E OITENTA E SEIS*****
CENTAVOS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 16 -MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 25.573,86
VALOR DO SEQ.: 25.573,86

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA NA COBERTURA DO EDIFÍCIO FÓRUM ELEITORAL DE
COSTA MARQUES - 5ª ZONA ELEITORAL.

T O T A L : 25.573,86

LIA MARIA
ARAÚJO
LOPES:260468

Assinado de forma digital por LIA MARIA
ARAÚJO LOPES:260468
DN: cn=LIA MARIA ARAÚJO LOPES, ou=Coordenadoria de
Material e Patrimônio, ou=Secretaria de Administração,
ou=TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, ou=GOV.BR,
c=BR

LIA MARIA ARAÚJO LOPES
ORDENADOR

irleda.maria@tre-
ro.jus.br

Assinado de forma digital por
irleda.maria@tre-ro.jus.br
DN: cn=irleda.maria@tre-ro.jus.br,
ou=Coordenadoria de Material e Patrimônio,
ou=Secretaria de Administração,
ou=TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, ou=GOV.BR,
c=BR

IRLEDA M SOARES DA SILVA
GESTOR FINANCEIRO SUBSTITUTO